



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº DE 2014 **(do Sr. Vanderlei Macris)**

Solicita a convocação do Ministro de Estado da Defesa, Celso Amorim, para esclarecer a compra dos caças Gripen, da Suécia, pelo Brasil, bem como as condições de compra dos mísseis "Harpoon", dos Estados Unidos

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos do art. 50 e art. 219 do Regimento Interno desta Casa, que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias à convocação do Ministro de Estado da Defesa, Celso Amorim, para esclarecer a compra dos caças Gripen, da Suécia, pelo Brasil, bem como as condições de compra dos mísseis "Harpoon", dos Estados Unidos.

JUSTIFICAÇÃO

Reportagem do jornal "O Estado de São Paulo" revelou que o Brasil estaria adquirindo mísseis "Harpoon" pelo preço de US\$ 8,35 milhões a peça, quando a Índia teria adquirido um lote dos mesmos mísseis por US\$ 4,4 milhões a peça, quase a metade do preço a ser pago pelo Brasil. Vejamos a reportagem:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Brasil negocia compra de míssil dos EUA

Contrato pode custar até US\$ 167 milhões e prevê fornecimento de arsenal e treinamento

10 de maio de 2014 | 5h 00

Roberto Godoy - O Estado de S. Paulo

São Paulo - A frota dos novos aviões de patrulha P-3, da Força Aérea, pode receber mísseis Harpoon, americanos, de última geração. A negociação está na primeira fase, de liberação das pesadas restrições impostas pela legislação federal dos Estados Unidos a esse tipo de operação. O valor do contrato pode chegar a US\$ 167 milhões - cerca de R\$ 367,4 milhões - referente a 16 mísseis operacionais, 4 modelos recuperáveis, de adestramento, e ao material de suporte técnico, documentação de manutenção e treinamento, além de peças e componentes.

Há três dias, os Departamentos de Estado e de Defesa notificaram ao Congresso o detalhamento da requisição comercial. O fabricante do míssil Harpoon é a Boeing Defense.

O custo do pacote é apenas uma referência. A etapa de discussões pode resultar em cifras menores. Na Índia a aquisição de 45 unidades - desdobrada em duas encomendas, a primeira cobrindo 24 mísseis e a segunda outros 21 - teria saído por US\$ 200 milhões, cerca de US\$ 4,4 milhões a peça, em comparação desfavorável frente aos prováveis US\$ 8,35 milhões da proposta ao Brasil. Há outras ofertas. A sueca Saab, que levou em dezembro os US\$ 4,5 bilhões do contrato da escolha do caça de alto desempenho Gripen de nova geração, e vendeu ao Exército um lote de mísseis de defesa aérea RBS-70, produz o modelo RBS-15 - orgânico do sistema de armas do supersônico, compatível com outras aeronaves.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Os aviões de patrulha marítima P-3AM modernizados pela Airbus Military para a FAB (nove turboélices) devem atuar sobre área de cobertura de segurança quase 5,5 milhões de km² sobre o Atlântico - 2 milhões de km² além da zona conhecida como Amazônia Azul. Na configuração atual podem despejar minas antinavio, lançar mísseis, foguetes e torpedos.

O P-3AM é a versão militar do Electra, utilizado na ponte aérea entre Rio de Janeiro e São Paulo de 1975 a 1992. As aeronaves ficam na base aérea de Salvador, agregadas ao 7.º Grupo de Aviação. Pesadas e de grande porte, podem permanecer em voo por 16 horas, com alcance de até 9 mil km em patrulha - ou metade disso em missão de combate. Foram fabricados entre agosto de 1964 e dezembro de 1965. O trabalho de incorporação à FAB exigiu investimento de US\$ 470,9 milhões.

O Harpoon Block II, na versão AGM-84L, cobre distância superior a 125 quilômetros. A ogiva de ataque pesa 221 quilos. Pronto para disparo, mede 3,84 metros e voa a 850 km/h procurando o alvo por meio de uma combinação de radar interno, GPS e caixa inercial de navegação. Já foram produzidos mais de 7.3 mil mísseis, adotados por forças de ao menos 28 países.

Também se revelou que os caças “Gripen”, que o Brasil pretende adquirir da Suécia ao custo de US\$ 3,4 bilhões, foram rejeitados pela Suíça, o que lança incertezas sobre o cumprimento da parceria com o Brasil. Vejamos a notícia:

Suíça rejeita compra de caças e futuro do Gripen agora depende do Brasil



Para analistas, decisão nas urnas abre 'período de incerteza' em relação ao futuro do programa para a fabricação do Gripen E

18 de maio de 2014 | 17h 21

Jamil Chade - O Estado de S. Paulo

GENEBRA - Os suíços rejeitam nas urnas a compra dos caças Gripen da Saab e deixam o Brasil como único cliente externo para o novo modelo de aviões que ainda precisa começar a ser produzido. A Saab se apressou ontem em garantir que os planos para a fabricação do novo jato não serão modificadas. Mas fontes do setor militar na Europa apontam que enquanto o contrato com o Brasil não for finalizado, o projeto será alvo de questionamentos pelo mercado e de incertezas.

O governo da Suécia já anunciou que compraria 60 jatos da Saab. Mas, para que o projeto seja viabilizado, a empresa sempre indicou que a produção dos novos modelos do Gripen precisariam contar com a exportação de pelo menos 20 jatos.

O governo suíço havia fechado em 2011 um acordo para a compra de 22 jatos que custariam aos cofres públicos US\$ 3,4 bilhões. A Saab havia oferecido produzir parte dos aviões na Suíça, concedendo contratos de até US\$ 450 milhões para as empresas nacionais. Mas nem isso foi suficiente para convencer a população a votar a favor da compra.

O assunto foi a um referendo popular depois que a oposição ao contrato conseguiu reunir 50 mil assinaturas e forçou a votação, alegando que não existia justificativa para o gasto num país que há 200 anos não vai à guerra. Ontem, 53,4% dos suíços disseram "não" à iniciativa. Para Jo Lang, um dos porta-vozes da campanha contrária à aquisição, o gasto foi o principal motivo da rejeição. Segundo ele, além dos US\$3,4 bilhões, os suíços gastariam mais US\$ 10 bilhões em manutenção.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Promessas - A Saab garantiu que seu programa do Gripen E será mantido. "Respeitamos o processo na Suíça", declarou Håkan Buskhe, CEO da empresa. Ontem, as ações da Saab perderam terreno. Mas a empresa garante que isso não tem um impacto na negociação com o Brasil.

O governo de Dilma Rousseff anunciou que a Saab havia sido escolhida para fornecer 36 caças ao Brasil e, desde o início do ano, o governo negocia como e quando os aviões seriam entregues. A previsão é de que os primeiros jatos já voariam no Brasil em 2018.

"A votação na Suíça não significa o fim do desenvolvimento do Gripen", garantiu o presidente da Saab, Marcus Wallenberg, ao jornal Tages-Anzeiger. Lennart Sindahl, diretor de Aeronáutica da Saab, indicou que a empresa está em negociações com dez países e que mesmo começar a produção com a encomenda brasileira já seria um "grande primeiro passo".

Mas analistas apontam que o "não" abre questionamentos. "Apesar de a encomenda brasileira ser mais importante, a rejeição dos suíços significa que haverá um período de incertezas até que o contrato com o Brasil seja finalizado", apontou Mats Liss, analista do Swedbank AB.

Para fontes consultadas pelo Estado, o "não" suíço também abre a possibilidade de que o governo brasileiro tenha uma maior influência na negociação sobre o preço final e sobre as condições de pagamento. "Hoje, a Saab depende do Brasil para manter seu programa", declarou um militar envolvido em negociações sobre vendas de caças na Europa. "O Brasil hoje significa a sobrevivência do Gripen e, por isso, o governo pode ter mais espaço para negociar", alertou.

Originalmente, o preço fixado para as vendas ao Brasil chegava a US\$ 4,5 bilhões. Mas a Saab deixou claro que poderia negociar o preço e a transferência de tecnologia. O ministro da Defesa, Celso Amorim, chegou a viajar para a Suécia há poucas semanas e o governo espera fechar um acordo ainda em 2014.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Como se pode perceber da leitura das notícias acima transcritas, as informações divulgadas são preocupantes e precisam ser esclarecidas.

Assim, a convocação do Ministro de Estado da Defesa, Celso Amorim, que ora requeremos, é fundamental para o esclarecimento dos fatos, no desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Comissões, em 20 de maio de 2014.

Deputado Vanderlei Macris
PSDB/SP